

COLONIALIDAD E CIS-NORMATIVIDADE

ENTREVISTA CON VIVIANE VERGUEIRO

Por Boris Ramírez Guzmán



Viviane Vergueiro, mulher transfeminista brasileira, ativista e intelectual pelos direitos Trans. Formada em ciências económicas passa ao mundo das ciências humanas e sociais para estudar e pensar as problemáticas dos sujeitos Trans e de generos inconformes a partir de matrizes epistemológicas que procuram romper com o essencialismo e a normatividade das ciências coloniais.

A través de esta entrevista Viviane realiza um recorrido nas problemáticas e assimetrias das existências trans, dentro de uma sociedade e um Estado Cis-sexista e dos desafios que implica pensar, existir e agir dentro dos rotulos padronizados destes.

Iberoamérica Social: Para começar, eu gostaria, Viviane, que pudesse falar um pouco de você. Quem é você? Qual tem sido a sua trajetória?

Viviane Vergueiro: Sou Viviane, sou mestrandado programa de cultura e sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um programa multidisciplinar. Sou formada em ciências económicas no ano 2006 e, depois de estar alguns anos na iniciativa privada, resolvi voltar para a academia para estudar questões ligadas à identidade de gênero. Nesse percurso eu venho me colocando como uma mulher Trans-feminista e é a partir dessa lente, também, que eu analiso essas questões da identidade de gênero, que são o foco do meu trabalho acadêmico.

IS: Além desse trabalho acadêmico, você possui um trabalho ativista também?

VV: Sim, dentro da perspectiva Trans-feminista tem essa proposta da gente pensar as comunidades Trans, e “Trans” entendido como esse guarda-chuva dessas várias formações identitárias que gravitam em torno dessas identidades de gênero inconformes, como: transexual, travesti e *cross-dresser* e outras identidades como foco, como abaixo dessa identidade trans.

IS: Academicamente, quais são as especificidades do trabalho que estás desenvolvendo na academia?

VV: Estou desenvolvendo uma pesquisa que tem por título Pós-descolonizações de gêneros e corpos inconformes: Uma análise de cisgêneridade como normatividade. Que, através de observações e vivências auto-etnográficas, procura analisar como esses corpos e gêneros que não estão adequados a uma normatividade cisgê-

Para citar este artículo: Ramírez, B. (2014). Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III)*, pp. 15–21. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidad-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>

nera ou a uma cisnormatividade, como essas vivências, essas existências são colonizadas, e aqui tomando colonização na sua acepção mais ampla, de colonização cultural, do saber, colonização existencial dentro de um sistema, um sistema-mundo usando o termo do Quijano, e essas cis-normatividades atuando nas identidades de gênero não normativas. Neste sentido, a cisgêneridade é uma categoria analítica útil para a gente pensar interseccionalmente a identidade de gênero como algo válido dentro dessas lutas opressivas, anticoloniais.

IS: Nesse sentido, Cisgeneridade seria entendida como?

VV: Cisgêneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgêneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgêneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgêneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo.

IS: É interessante isso que você coloca em torno à Colonialidade, e aprofundando um pouco mais, como é que você entende esse mecanismo próprio da

modernidade ocidental, de enxergar o corpo dentro dessa tensão de tipificar tudo e definir o normal através do anormal.

VV: Pensar a questão dos gêneros sempre foi pensar qual instância tem o poder de determinar os gêneros das pessoas, é basicamente o Biopoder Médico. Se eu tomo uma lente descolonial para olhar isso, eu vou olhar para o sistema médico como um sistema que vem dessa racionalidade eurocêntrica, essa perspectiva eurocêntrica que é de catalogação das anormalidades, em termos de saúde, em termos de comportamentos. Então, quando penso nas identidades de gênero Trans, por exemplo, que hoje seguem patologizadas, ou seja, seguem colocadas em uma posição de anormalidade em relação ao padrão, ao padrão que é Cisgênero. Quando tomo uma perspectiva descolonial, eu olho esse Biopoder Médico e não simplesmente tento que não necessariamente deva encontrar uma justificativa científica, objetiva e racional, para dizer que eu transo igual que uma pessoa Cis, mas sim olhar os instrumentos e os dispositivos de poder, desde uma perspectiva foucaultiana, de como se produz esse sujeito Trans, e como isso é atrelado a um projeto colonialista, por exemplo, da ignorância ao extermínio, até, das expressões de gênero indígenas que não eram conformes a uma ideologia cristã. Você tem muito relatos de como leis espanholas, leis iberomaericanas, da colonianidade cobriram certas expressões de gêneros não normativas entre pessoas indígenas, a coisa de ter cabelo longo, por exemplo, associado a uma feminização, etc. Ter esse olhar descolonial me permite ter um olhar mais crítico em relação ao Biopoder Médico, e a como ele atua contra as vivências Trans hoje em dia, e não somente Trans, senão de outras vivências de gênero que não são ocidentalizadas, por exemplo. Têm muitas sociedades pré-coloniais que ainda resistem, que têm expressões de gênero que não se enquadram nesse padrão ocidental, homem masculino, mulher feminina, há várias dissidências em torno a essa normatividade.

Então, entender a normatividade Cisgênera também como uma normatividade eurocêntrica é importante para que a gente tenha alianças mais profundas e mais críticas em relação a esses projetos, que são interseccionais e que dialogam entre si. Olhar simplesmente a esfera de identidade de gênero sem situá-la dentro de um projeto de poder branco supermachista, cristão eurocêntrico etc. seria ingenuidade e talvez uma fraqueza teórico-política.

“Ter esse olhar descolonial me permite ter um olhar mais crítico em relação ao Biopoder Médico, e a como ele atua contra as vivências Trans hoje em dia, e não somente Trans, senão de outras vivências de gênero que não são ocidentalizadas, por exemplo.”

IS: E agora, pensando na problematização daquilo tudo, quanto o pensar ou o desconstruir o tema trans se aproxima e quanto se afasta, por exemplo, de outras áreas de pensamentos acadêmicos, como os estudos feministas, os estudos de gênero, os estudos queers?

VV: Os temas trans e questões feministas, eles se aproximam na medida que eles tomam perspectivas não essencialistas sobre o gênero. Os temas trans tencionam e colocam os limites e as fronteiras do que a gente pode pensar como essencialismo de gênero, e parte dos tensionamentos que as questões trans têm enfrentado para se inserir no feminismo, tem relação com isso; quando você vê uma mulher com um órgão genital que geralmente é associado à masculinidade, é um desafio ainda dentro de muitos espaços feministas, e que essa pessoa, que essa mulher com certo corpo se reafirme como mulher, é ainda uma coisa que se tensiona. Nesse sentido é que a aproximação dos pensamentos trans, na minha visão, é justamente com os feminismos das diferenças:

feminismos negros, feminismos lésbicos, não heterossexuais etc., que são feminismos que colocaram em evidência essa questão da multiplicidade da categoria mulher, a problematização de se construir uma categoria de mulher como universal. Então, quando penso na relação da questão trans e o feminismo, penso muito nesses feminismos que colocaram a questão da diferença e das múltiplas formas de ser mulher, que é por onde passa, por exemplo, a legitimação das mulheres trans enquanto mulheres.

Em relação aos estudos queers e a questões trans, essa relação passa por ambos pensarem também essa desconstrução do essencialismo de gênero, uma desconstrução dos pertencimentos identitários sem vê-los como algo fixo, essencial, ontológico, que são linhas que aproximam os queers com a questão trans, porque, por exemplo, se a gente fosse pensar as categorias para descrever pessoas trans, muitas delas foram tentativas de querer fixar esses sujeitos, como parte do discurso médico de querer fixar e categorizar a categoria transexual.

Os estudos queers contribuem no sentido de tentar desconstruir isso, colocar em xeque isso, colocar essa construção do biopoder médico. É tão estável como ela propõe? Esse diagnóstico é tão fácil, é tão objetivo como eles propõem? E muitas vezes a gente vai ver que não, muitas vezes a gente vai ver que esses diagnósticos sequer são clinicamente relevantes e que se configuram como estratégias de um poder normatizante. Quando eu penso em cisgêneridade bebo muito da fonte queer, no sentido do queer problematizar as normas, as heteronormatividades, a heterossexualidade compulsória que são conceitos que problematizam a norma, ao invés de seguir essa epistemologia de buscar o objeto anormal e falar sobre ele, que muitas vezes foi o que motivou muitos estudos sobre homossexualidade. Então o queer também delimita essa dissidência epistemológica, no sentido de não,

eu não sou anormal, vamos olhar o que produz essa diferenciação, a alteridade de ser um sujeito homossexual e daí olhar para a heterossexualidade como um construído. Esse olhar do queer é o olhar que eu também pretendo com a cisgêneridade como conceito.

Por outro lado, também, os tensionamento com os queers vai no sentido deles terem utilizado existências trans, mas não necessariamente se preocuparem ou incomodarem com as questões que eram mais relevantes às vidas das pessoas trans. Muitas vezes, mesmo dentro dos estudos queers, algumas das produções de conhecimentos vão muito no sentido de pego o objeto trans, exótico, e a partir dessa vivência exótica você faz uma reflexão subversiva, pretensamente subversiva sobre gênero: Olha essa pessoa trans aqui, olha como o gênero é fluido. No fundo, poucos se preocupam com as questões materiais, e não só materiais, mas como essa existência pode ser colonizada, pode ter diferentes dificuldades de acesso material no sistema e como essa existência pode ser precarizada a partir de muitas normatividades.

IS: É bem interessante isso e penso em algumas perguntas, por exemplo: Como é pensar isso dentro da academia, no sentido que ela é uma instituição colonial e universal? Como é a relação dentro dela, onde têm conseguido se posicionar os estudos de gênero, os estudos feministas ou queers. Como é essa relação? Como tem sido para você trazer a questão desde esta perspectiva Trans e Cis? É fácil? Quais têm sido os conflitos que você tem vivenciado?

VV: A academia é um espaço, assim como todos os espaços, que está permeado pelas relações de poder, e muitas vezes estudar esse tema com um propósito de desconstrução de normatividades de gênero é muitas vezes a entrada dos sujeitos subalternos, e aí, pensando na min-

ha existência enquanto mulher trans, não estou pensando trans em relação a minha branquitude, nem nos acessos privilegiados, recursos educacionais, etc. Mas quando o sujeito trans entra na academia e coloca em questão algumas das epistemologias que atentam nas questões dominantes, isso é um tensionamento, e que acontece nos feminismos da academia e nas militâncias LGBT.

“Academia é um espaço, assim como todos os espaços que está permeado pelas relações de poder”

Quando penso cisgêneridade, por exemplo, vários autores mais consagrados que pensavam mulheres biológicas, resistiram muito à proposição da cisgêneridade. Mas espera aí! Se quando falam tranquilamente na oposição mulheres biológicas e mulheres trans, ou mesmo mulheres de verdade e travesti e transexuais, por que você resiste tanto à nomenclatura cis? Muitas vezes você olhava muitos dispositivos de poder operando aí, como, por exemplo, a simplificação e minimização do discurso que propõe a cisgêneridade. Muitas vezes a resposta que tive foi dizer que cisgêneridade é criar um outro binário, oposição cis-trans, então eu me pergunto porque se utiliza a categoria heterossexual para pensar orientações sexuais. Não é que esses binários não tenham problemas, que esses binários cis-trans não tenham problemas, senão a questão é que a gente muitas vezes organiza as coisas analiticamente em torno a binários e não quer dizer que a gente por utilizá-los não os problematize. A cisgêneridade não tem o objetivo de pensar ou identificar ou diagnosticar as pessoas cis, assim como quem pensa heterossexualidade não está pensando definir de forma cristalina o sujeito hétero, assim não é a proposta. São várias heterossexualidades, são várias formas de ser cisgênero. Então, fico muito atenta quando vejo essas resistências conservadora às novas vozes, às novas resistências poderem se inserir nesse jogo de poder, nos diferentes níveis de Colonialidade.

IS: E agora pensando desde fora da academia, desde a militância, dos movimentos sociais e do cotidiano, como neles é acolhida a proposta cis?

VV: Bom, nos movimentos sociais, e pensando principalmente no movimento LGBT. O movimento LGBT historicamente esteve centrado nas questões de homens cis gays, então, uma voz trans que problematiza as identidades de gênero normativas desses homens cis gays gera resistência e resistências bastantes agressivas, em que essas pessoas se vejam enquanto pessoas cis. Isso não é o objetivo, que as pessoas se vejam como cis, mas que elas percebam uma situação de assimetria em relação às pessoas trans enquanto tudo, de privilégios no fundo, que, por exemplo, meus nomes sejam refletidos nos meus documentos, isso é uma questão que muitas pessoas cis não enfrentam na vida e é uma questão muito clara nas pessoas trans. No movimento LGBT, até por ser um movimento histórico, você tem essas resistências de fato.

Esse uso da linguagem do termo cis não é meramente a briga pela linguagem, ela reflete muito mais que isso, reflete uma economia política das demandas, não falar de cisgêneridade é também não falar de transfobia e falar somente da homofobia. Isso no contexto brasileiro é bem presente. Não falar de cisgêneridade ou rejeitar a proposta analítica de cisgêneridade, não deixa de dialogar em algum grau com a assimetria com que o movimento LGBT pauta o casamento gay, em relação enquanto ele pauta e demanda da sociedade que haja uma lei de identidade de gênero. Quando não se fala em cisgêneridade, quando se recusa essa proposta conceitual, a minha leitura vai além da linguagem em si, que é importante, que é fundamental. A linguagem é um campo de batalha, mas ela também reflete outras dinâmicas econômico-políticas dentro dos movimentos

sociais, dentro da academia. As pesquisas em questões trans, por exemplo, estiveram muito tempo, estão em algum grau enredadas nas pesquisas de “objetos” trans exóticos, mesmo para defendê-los supostamente, tem um processo que eu chamo de colonial de falar por essas vozes, e aí é a questão de Spivak: pode o subalterno falar e quanto o sistema pode escutar ao subalterno? Como o sistema pode escutar ao subalterno se sua voz está sendo intermediada por um pesquisador e um pesquisador Cis em geral? E essa mediação é problemática, até a epistemologia do pesquisador por não ser a epistemologia que inquieta aos sujeitos trans, e isso são enfrentamentos com o movimento LGBT também.

“Esse uso da linguagem do termo cis, não é meramente a briga pela linguagem, ela reflete muito mais que isso, reflete uma economia política das demandas”

IS: Fiquei pensando, justamente fazendo esse paralelo entre o Cis e o Trans, e entre os Cis Gay particularmente: que outros elementos de luta há que ficam solapados ou escondidos no movimento LGBT frente à sociedade e o Estado?

VV: Em algum grau, os gêneros trans, os gêneros inconformes à cisnormatividade, eles são in[un]teligíveis para a sociedade e o Estado Brasileiro. As leis, as mensagens culturais, etc. são construídas a partir de uma perspectiva cisgênera. Quando uma pessoa se afirma trans, tem que se afirmar em contra de todas as concepções de gênero que as pessoas têm. Eu penso cisgêneridade a partir de três eixos, de três ideologias de gênero: Que o gênero é algo pré-discursivo, ou seja, que os corpos já trazem a mensagem de qual é o gênero deles; por outro lado, a ideia de que gênero seja algo binário, e aí você exclui todas as perspectivas de gênero não binárias e que são várias, inclusive muitas delas são pré-coloniais, resisten-



tes hoje em uma pós-colonialidade, que são diversas e não eurocêntricas, não ocidentais; e, em terceiro lugar, pensar a ideia que o gênero seja algo permanente nas vivências das pessoas. Esses três pilares configuram o que eu caracterizo como a cisgêneridade, a cisnormatividade. A prerrogativa que esses gêneros seguem essas regras de binariedade,

de permanências e de pré-discursividade, ou seja, o médico falou aquilo, você é homem, você parece homem, esses três aspectos configuram os gêneros vistos como algo naturais, vistos como corretos, como de Deus, como padrão, e o padrão com o qual as pessoas trans são anormalizadas, inferiorizadas, excluídas ao acesso de muitas coisas e expostas a violências, etc.

Então, como todo o sistema é pensado a partir desses três eixos da cisgêneridade, o diálogo nosso é muitas vezes o diálogo de uma pessoa colonizada, muitas vezes temos que suplicar ao Estado que entenda nossa perspectiva e que ele nos conceda uma exceção na estruturação dele, pois na estruturação do Estado a nossa forma de ver o gênero não é legitimada, ela só foi legitimada muitas vezes só via diagnóstico médico, para a alteração de nome, por exemplo, nos registros documentais. Muitas vezes o que se requer é que um grupo de médicos te coloque como transtornado mental, que o seu corpo esteja adaptado à cisnormatividade, que eu como mulher trans tenha feito uma cirurgia e tenha uma vagina agora. Nesse sentido uma das lutas grande do trans é provocar uma transformação na estruturação mesma do Estado,

que deixe de ver gênero nas formas rígidas que vê, que deixe de se pautar tanto no biopoder médico e passe a legitimar mais as autodeterminações das pessoas.

IS: Então todo esse processo de assumir uma identidade trans social e juridicamente frente ao Estado é bem traumatizante?

VV: Sim, claro, e não raramente também é violento, pois, por exemplo, muitas vezes pedem uma perícia corporal para concederem a troca de nome e gênero nos documentos.

IS: Claro, é certo, e, por exemplo, dentro do mundo trans se usa o conceito de transfobia institucional ou estatal?

VV: Eu acho que é um pensamento que vem crescendo bastante, mas eu não gosto e os referenciais que eu uso não gostam tanto de pensar nos marcos das fobias e sim mais pensar em Cis-sexismo, conceito que é muito claro para mim. Pensar em Cis-sexismo ao invés de Transfobia permite que se enfatize nesse caráter sistêmico, estruturante, institucionalizado das formas de inferiorização das pessoas trans, porque transfobia muitas vezes é associado a um comportamento individualizado, patológico e não se vê o sistema que cria o sujeito transfóbico. Pensar nos marcos do Cis-sexismo me permite pensar, explicitar essa criticidade, ver essas estruturas, as instituições que fomentam a transfobia entre outras exclusões e marginalizações.

IS: E, para fechar, quais pensa que são os desafios ainda presentes para trazer conquistas nestes espaços Cis e Cis-sexistas?

VV: Eu acho que um dos grandes desafios é pluralizar as vozes trans nos espaços onde somos bastante excluídos, principalmente onde se discutem e tomam decisões de poder. Que a gente tenha mais voz nos espaços da medicina onde decidem nossas vidas; que a gente esteja mais na academia onde muitas vezes se debatem nossas existências, sem nossas presenças físicas e intelectual; que os movimentos sociais, e aí, principalmente, o movimento LGBT, tenham mais pessoas trans em posições de poder e decisão e menos dependentes de homens cis gay para se financiar, para se articular politicamente. Esse é um grande desafio, nos reapropriar desses espaços onde se discutem nossas existências, o demais são os grandes desafios da contemporaneidade, de um projeto anticapitalista porque o cis-sexismo se apóia no capitalismo, nossas mudanças corporais se inserem em um sistema capitalista, os problemas de saúde são problemas de acesso à saúde em um sistema capitalista, por exemplo, e em um sistema que é racista, um sistema heterossexista.

Nossas sexualidades são colonizadas, assim como nossos gêneros, então um outro desafio é a gente se tornar mais consciente e crítica em relação às alianças de solidariedade que precisamos fazer, porque se a gente procurar construir nossas existências Trans em cima à assimilação ao capitalismo ou a um projeto racista ou elitista

de sociedade, isso não vai muito longe, vai ser uma mera assimilação que vai continuar excluindo outras pessoas Trans.